ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO NA PAISAGEM DO PARQUE ESTADUAL DO BACANGA (MA)

ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO: HISTORICAL AND ARCHAELOGICAL HERITAGE IN THE LANDSCAPE OF BACANGA STATE PARK (MA)

ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO: PATRIMONIO HISTÓRICO Y ARQUEOLÓGICO EN EL PAISAJE DEL PARQUE ESTATAL DE BACANGA (MA)

Josiane Rodrigues dos Santos Cabral
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
anesister@yahoo.com.br

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
wasti_uema@yahoo.com.br

José Fernando Rodrigues Bezerra
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
fernangeo@hotmail.com

Isabel Silva da Silva
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
isabelsilvageo@gmail.com

Rafael Brugnolli Medeiros
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
rafaelmedeiros@ufgd.edu.br

Destaques

- O Sítio do Físico expressa a sobreposição de temporalidades indígenas e coloniais, configurando uma paisagem marcada por disputas de memória e usos territoriais.
- A análise revela lacunas históricas de gestão e preservação, evidenciando a ausência do sítio nos roteiros oficiais e a fragilidade das políticas públicas de conservação.
- O Instituto Ecomuseu Sítio do Físico atua como agente cultural e educativo, promovendo leituras críticas do território por meio de práticas comunitárias e museológicas.
- A articulação entre turismo, arqueologia e paisagem permite compreender o sítio como espaço de significação histórica, pedagógica e política, mais do que um simples patrimônio edificado.
- O estudo enfatiza a importância de abordagens territoriais participativas e críticas para enfrentar processos de invisibilização e disputas em torno da memória e do espaço.

RESUMO

Este artigo propõe refletir sobre as potencialidades do Sítio do Físico, localizado no Parque Estadual do Bacanga, em São Luís (MA), enquanto recurso para o turismo cultural, histórico e ambiental, considerando suas múltiplas dimensões, materiais, simbólicas e ecológicas, compreendendo-o como um espaço de memória, resistência e potencial para o desenvolvimento do turismo. A experiência em campo possibilitou uma pesquisa exploratória identificando vestígios materiais que revelam a sobreposição de temporalidades: de um lado, os sambaquis milenares que evidenciam a ocupação ancestral por povos originários, como os Tupinambá; de outro, as ruínas do complexo industrial colonial, representativas da violência e das transformações territoriais impostas pelo processo escravocrata. Essa paisagem palimpséstica permite refletir criticamente sobre os modos de ocupação e significação do território. Além disso, discute-se a fragilidade das políticas públicas de preservação e a ausência do sítio nos roteiros turísticos oficiais, apesar de seu reconhecimento pelo IPHAN. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, que desenvolve ações educativas, comunitárias e interpretativas voltadas à valorização do patrimônio local. A partir dessa articulação entre turismo, educação patrimonial e memória coletiva, o Sítio do Físico se configura como um território vivo, cuja preservação demanda políticas integradas e participação social efetiva, algo que não é efetivado na prática.

Palavras-chave: Sítio do Físico. Patrimônio arqueológico. Geografia do Turismo. Paisagem. Parque Estadual do Bacanga.

ABSTRACT

This article reflects on the potential of the Sítio do Físico, located within the Parque Estadual do Bacanga in São Luís (MA), as a resource for cultural, historical, and environmental tourism. It considers its multiple material, symbolic, and ecological dimensions, understanding it as a space of memory, resistance, and potential for tourism development. Fieldwork enabled an exploratory investigation that identified material remains revealing overlapping temporalities: on one hand, the millennial shell mounds evidencing ancestral occupation by Indigenous peoples such as the Tupinambá; on the other, the ruins of the colonial industrial complex, representative of the violence and territorial transformations imposed by the slave-based system. This palimpsestic landscape allows for a critical reflection on the modes of territorial occupation and meaning-making. The article also discusses the fragility of public preservation policies and the site's absence from official tourism routes, despite its recognition by IPHAN. In this context, the role of the Instituto Ecomuseu Sítio do Físico is highlighted, as it develops educational, community-based, and interpretive actions aimed at valuing local heritage. Through the articulation of tourism, heritage education, and collective memory, the Sítio do Físico emerges as a living territory whose preservation requires integrated policies and effective social participation—something not yet achieved in practice.

Keywords: Sítio do Físico. Archaeological heritage. Geography of Tourism. Landscape. Bacanga State Park.

RESUMEN

Este artículo propone reflexionar sobre las potencialidades del Sítio do Físico, ubicado en el Parque Estadual do Bacanga, en São Luís (MA), como recurso para el turismo cultural, histórico y ambiental. Se consideran sus múltiples dimensiones materiales, simbólicas y ecológicas, entendiéndolo como un espacio de memoria, resistencia y potencial para el desarrollo turístico. El trabajo de campo permitió una investigación exploratoria que identificó vestigios materiales que revelan la superposición de temporalidades: por un lado, los sambaquis milenarios que evidencian la ocupación ancestral de pueblos originarios, como los Tupinambá; por otro, las ruinas del complejo industrial colonial, representativas de la violencia y de las transformaciones territoriales impuestas por el sistema esclavista. Este paisaje palimpséstico posibilita una reflexión crítica sobre las formas de ocupación y significación del territorio. Asimismo, se analiza la fragilidad de las políticas públicas de preservación y la ausencia del sitio en los circuitos turísticos oficiales, a pesar de su reconocimiento por el IPHAN. En este contexto, se destaca la actuación del Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, que desarrolla acciones educativas, comunitarias e interpretativas orientadas a la valorización del patrimonio local. A partir de la articulación entre turismo, educación patrimonial y memoria colectiva, el Sítio do Físico se configura como un territorio vivo cuya preservación exige políticas integradas y una participación social efectiva, aún no concretada en la práctica.

Palabras clave: Sítio do Físico. Patrimonio arqueológico. Geografía del Turismo. Paisaje. Parque Estatal del Bacanga.

INTRODUÇÃO

A relação entre turismo, patrimônio e paisagem constitui um campo de análise da Geografia, sobretudo por envolver dimensões materiais e simbólicas essenciais para compreender a produção dos espaços turísticos. Embora o debate sobre turismo e patrimônio tenha avançado significativamente, ainda são limitadas as análises que examinam como essas categorias operam em territórios marcados por sobreposições históricas, vulnerabilidades socioambientais e ausência de políticas públicas consistentes.

Partindo dessa problemática, este artigo analisa o Sítio do Físico, situado no interior do Parque Estadual do Bacanga, em São Luís (MA), buscando compreender como patrimônio (Rodrigues, 2024), paisagem e turismo se articulam em um território atravessado por disputas de memória, pressões urbanas e iniciativas comunitárias de resistência.

Entende-se que o turismo atua como prática de apropriação territorial que mobiliza valores simbólicos e identitários (Rodrigues, 2010), ao passo que o patrimônio deve ser concebido como construção social, resultante de disputas de significado e das relações entre comunidade e território (Machado; Dias, 2009). Essa articulação permite analisar o sítio não apenas como conjunto de vestígios arqueológicos e arquitetônicos, mas como paisagem historicamente produzida, onde distintas temporalidades e interesses se confrontam.

Ao eleger esse recorte empírico, o estudo busca evidenciar as tensões entre reconhecimento institucional, invisibilização territorial e potencial turístico, contribuindo para o debate sobre gestão participativa do patrimônio em áreas urbanas ambientalmente sensíveis. O patrimônio, nesse sentido, não se restringe a bens oficialmente reconhecidos, mas resulta da relação histórica entre sociedade e território, envolvendo dimensões materiais e imateriais construídas coletivamente (Machado; Dias, 2009). Logo, ele não é estático, mas sim resultado de processos históricos de poder e usos sociais que lhe atribuem sentidos.

Como destaca Lowenthal (1998), o patrimônio é sempre uma construção seletiva do passado, moldada pelas disputas simbólicas que permeiam o presente. De modo semelhante, Cosgrove (1998) reforça que a paisagem e o patrimônio funcionam como representações culturais ideológicas, expressando conflitos em torno da memória, da identidade e do pertencimento. Esse entendimento converge com Halbwachs (2006),

ao afirmar que as memórias coletivas são continuamente reconstruídas pelos grupos sociais que as reivindicam.

Essa articulação permite compreender a paisagem não como um cenário estático, mas como um palimpsesto territorial[1], no qual diferentes temporalidades, usos e camadas culturais se sobrepõem. Tilley (1994) destaca que os lugares são produzidos por práticas e narrativas que conferem significado às materialidades, revelando complexas relações entre tempo, território e memória. No caso do Sítio do Físico, situado no Parque Estadual do Bacanga, essa leitura é particularmente evidente, pois o território apresenta marcas da ocupação indígena ancestral, das estruturas coloniais escravocratas e das pressões urbanas recentes.

O Ecomuseu Sítio do Físico constitui-se a partir da iniciativa de proprietários da área onde se localizam as ruínas do Sítio do Físico e o Sambaqui do Bacanga, que passaram a desenvolver ações voluntárias voltadas à proteção e valorização desses bens arqueológicos. A mobilização inicial, de caráter social e ambiental, foi posteriormente formalizada com a criação, em 2006, do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, entidade responsável por estruturar administrativamente o projeto e garantir sua continuidade (Bandeira, 2017).

Reconhecido pelo IPHAN como patrimônio de valor histórico, paisagístico e arqueológico, o Sítio do Físico conserva as ruínas de um antigo complexo fabril do final do século XVIII, representativo dos primeiros processos de industrialização no Maranhão e, portanto, de um momento-chave da constituição da economia regional. Trata-se de um espaço singular, que permite revisitar criticamente o papel do Maranhão nos circuitos produtivos coloniais e pós-coloniais, bem como repensar as narrativas oficiais sobre modernização e progresso.

Conforme Bandeira (2017), o acervo atual é composto por coleções arqueológicas oriundas de pesquisas científicas e de doações provenientes de diferentes regiões do Maranhão. Para assegurar a adequada conservação desses materiais, foi implantada a Casa da Memória, com laboratório de pesquisa e reserva técnica destinada ao acondicionamento do acervo. Desse modo, a criação do sítio enquanto ecomuseu

[1] Refere-se ao processo de longo prazo que envolve múltiplas transformações, contidas na história evolutiva espacial. E enfatiza o espaço como um conjunto de morfologias com significados, muitas vezes ignorados pelo campo do planejamento, dominado pelo paradigma da tábula rasa (Viganò, 2020 *apud* Gimmler Netto, 2024, p. 2).

consolidou-se pela articulação entre iniciativa comunitária, formalização institucional e compromisso com a salvaguarda científica do patrimônio.

A dinâmica atual do sítio é condicionada por processos contínuos de degradação ambiental, ocupações irregulares e fragilidades na gestão territorial. Soares (2020) evidencia que a pressão urbana sobre o parque intensifica o desmatamento, a poluição dos cursos d'água e a redução da biodiversidade, comprometendo diretamente áreas sensíveis como o Sítio do Físico. O próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2008) já indicava a vulnerabilidade das ruínas históricas diante da expansão desordenada e do uso inadequado do solo, e esse quadro repercute também sobre o turismo.

A perda de qualidade ambiental reduz o potencial de visitação e compromete a experiência associada ao patrimônio arqueológico e paisagístico. Ao mesmo tempo, a atividade turística, quando não planejada, pode intensificar impactos físicos nas estruturas remanescentes e na vegetação do entorno, o que estabelece uma relação circular: a degradação ambiental enfraquece o turismo cultural e ecológico, enquanto a ausência de ordenamento da visitação tende a ampliar a pressão sobre o sítio.

Apesar do avanço de moradias irregulares, do descarte inadequado de resíduos, do desmatamento e da abertura de trilhas associadas ao uso turístico, muitas delas sem monitoramento técnico, o conjunto dessas pressões evidencia um quadro de negligência socioespacial por parte do poder público. Ainda assim, o Sítio do Físico permanece como um território de resistência, em que sua permanência material e simbólica expressa a força das memórias e identidades locais que se mantêm vinculadas ao lugar, mesmo sob intensa pressão urbana. Essa dualidade, entre degradação e permanência, revela não apenas os desafios de conservação, mas também a necessidade de políticas integradas.

Pesquisas recentes indicam que os impactos ambientais se manifestam principalmente na poluição dos corpos hídricos, no descarte inadequado de resíduos sólidos e na perda progressiva da biodiversidade local. Soares (2020) evidencia que ocupações irregulares e a falta de saneamento intensificam a contaminação dos igarapés e aceleram a degradação no entorno do Sítio do Físico.

De forma convergente, o relatório do IPHAN (2008) já indicava a vulnerabilidade do sítio frente à expansão urbana e ao desmatamento de áreas sensíveis.

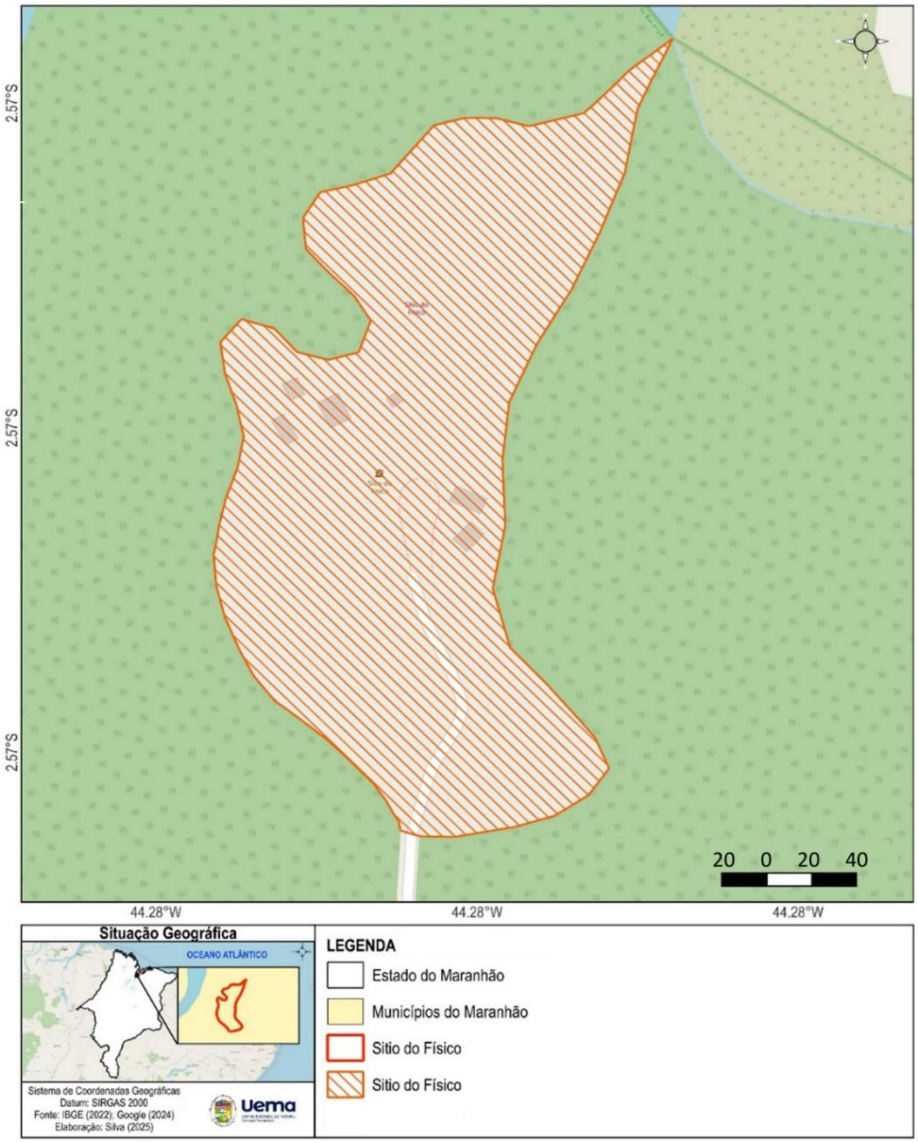
Esse cenário também se alinha ao diagnóstico de unidades de conservação urbanas no Brasil (MMA, 2011; Milano, 2001), que aponta que a pressão antrópica contínua compromete processos ecológicos essenciais e reduz a resiliência dos ecossistemas.

Apesar da existência de dispositivos legais, como a Lei Municipal nº 572/2019 (São Luís, 2019), que visa redefinir os limites do parque e proteger áreas sensíveis, as ações efetivas de recuperação e valorização do sítio permanecem limitadas diante da complexidade dos desafios territoriais. Esses desafios envolvem desde a regularização fundiária e a pressão por moradia até a necessidade de criação de instrumentos de gestão compartilhada e de políticas de educação patrimonial capazes de mobilizar a sociedade civil.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe refletir sobre as potencialidades do Sítio do Físico enquanto recurso para o turismo cultural, histórico e ambiental, considerando suas múltiplas dimensões, materiais, simbólicas e ecológicas. O turismo, quando articulado a uma abordagem crítica da paisagem geográfica, pode funcionar como vetor de ressignificação territorial, promovendo práticas educativas e interpretativas que transcendam a lógica mercantil e valorizem o patrimônio como bem coletivo. Busca-se, assim, compreender o sítio como lugar de memória e resistência, bem como instrumento pedagógico voltado à formação cidadã e à valorização do patrimônio local.

Mais do que ruínas ou testemunho do passado colonial, o Sítio do Físico configura-se como uma paisagem viva, marcada por disputas territoriais, apagamentos simbólicos e práticas comunitárias de resistência. O Sitio está localizado na região sudoeste de São Luís – Maranhão (Figura 1), nas proximidades com as margens do rio Bacanga e do Parque Estadual do Bacanga, um dos principais rios que deságuam na baía de São Marcos.

Figura 1 – Localização do Sítio do Físico.



Fonte: Autores (2025).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e descritiva, estruturada a partir da articulação entre atividades de campo, análise documental, cartografia temática e revisão bibliográfica interdisciplinar. A revisão da literatura não constituiu seção isolada, mas operou como eixo transversal da investigação, orientando a definição das categorias analíticas, turismo, patrimônio, paisagem e territorialização, e subsidiando a interpretação dos dados empíricos e documentais.

O estudo foi desenvolvido com base em uma atividade de campo realizada no Sítio do Físico, localizado no interior do Parque Estadual do Bacanga, em São Luís (MA). A atividade envolveu observação direta das estruturas remanescentes, registro fotográfico sistemático, identificação de vestígios materiais e análise das formas de uso e ocupação do entorno imediato. Esses procedimentos permitiram levantar informações sobre a configuração espacial da área, as condições de preservação do patrimônio e as dinâmicas territoriais em curso.

Trabalho de Campo

A atividade de campo foi realizada em 12 de junho de 2025, no Sítio do Físico, e constituiu a etapa central do processo de coleta de dados empíricos. As observações de campo possibilitaram identificar, registrar e interpretar aspectos do patrimônio histórico, arqueológico e ambiental do sítio, com destaque para as ruínas da antiga estrutura produtiva colonial e para os sambaquis milenares, que evidenciam a ocupação ancestral por povos originários, como os Tupinambá.

A visita guiada foi conduzida por membros da comunidade local e do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, favorecendo uma escuta ativa e contextualizada e incorporando narrativas comunitárias e perspectivas não institucionalizadas sobre a história e os conflitos territoriais da área. Durante a atividade, foram utilizados smartphones e câmeras fotográficas digitais para registro visual, além de anotações em caderno de campo e gravações de áudio, que auxiliaram na documentação dos relatos e das características da paisagem observada. Não foram entrevistas, apenas apreciação de relatos que foram utilizados para compreender a dinâmica existente na prática do turismo no Sitio.

Os registros produzidos, incluindo fotografias, notas de campo e áudios, foram transcritos e organizados para uma análise qualitativa. A leitura desse material considerou tanto os elementos materiais da paisagem como infraestrutura remanescente, vestígios arqueológicos e marcos naturais quanto os relatos orais sobre processos de ocupação, transformações históricas e práticas atuais de resistência comunitária. Essa etapa metodológica foi fundamental para articular a dimensão sensível da paisagem, vivenciada diretamente pelos participantes, com sua interpretação científica e patrimonial, permitindo uma compreensão integrada do território.

Produção Cartográfica

Com o objetivo de localizar, contextualizar e delimitar a área de estudo, foi elaborado um mapa temático de localização na plataforma *QGIS* 3.40. Utilizou-se como base vetorial o *OpenStreetMap*, adotando a projeção Policônica e o sistema de coordenadas geográficas com *DATUM* SIRGAS 2000, em conformidade com os padrões cartográficos oficiais no Brasil. A utilização dessas bases cartográficas permitiu integrar informações espaciais atualizadas e adequadas ao recorte territorial analisado.

As camadas cartográficas foram complementadas com dados secundários do IBGE (2024), referentes aos limites político-administrativos, o que possibilitou situar o Sítio do Físico no contexto intraurbano de São Luís e em relação ao Parque Estadual do Bacanga. Além disso, foi utilizado o *Google Maps* (2024) para apoiar a identificação de elementos estruturantes da paisagem, como marcos físicos e a disposição geral das áreas de preservação do entorno.

ARTICULAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO, ARQUEOLOGIA, AMBIENTE E TURISMO NA PAISAGEM NO SÍTIO DO FÍSICO

De acordo com Soares (2020), o Sítio do Físico recebe esse nome em referência ao médico português Antônio José da Silva Pereira, físico-mor da capitania do Maranhão, que, no início do século XIX, implantou no local um complexo industrial voltado à produção de cal, sabão, couro e arroz, sustentado por mão de obra escravizada.

As ruínas remanescentes (Figura 2), paredes de pedra, canaletas, telhas e tijolos moldados manualmente, constituem não apenas vestígios arquitetônicos, mas evidências materiais do regime produtivo colonial e das relações de poder que estruturaram o território. Sua permanência na paisagem é fundamental para compreender o sítio como espaço onde memória, trabalho forçado e apropriação econômica se inscrevem de forma duradoura, reforçando a leitura do lugar como palimpsesto territorial e como patrimônio cuja interpretação crítica é central para qualquer proposta de valorização turística.

Figura 2 – Ruínas da antiga fábrica do Sítio.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

As estruturas preservadas no Sítio do Físico remetem ao passado escravocrata do Maranhão, compondo um conjunto arquitetônico associado às antigas atividades produtivas coloniais. Estudos realizados por Brandão (2017) e pelo IPHAN (2008) indicam que o complexo era formado por curtumes, fornos de cal, edificações de apoio e pela antiga casa grande, elementos que revelam tanto o caráter econômico do empreendimento quanto os mecanismos de controle social impostos à população escravizada.

De acordo com Soares (2020), essas instalações desempenharam papel central na organização do trabalho compulsório na região, refletindo a violência física e simbólica que estruturou a ocupação do território. Parte dessas informações também foi reforçada pelos relatos apresentados pelos membros da comunidade e do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico durante a visita de campo, que enfatizaram a memória local sobre o uso dessas edificações e suas implicações sociais.

Durante a trilha, foram observados elementos arqueológicos, como sambaquis com mais de 6.600 anos, contendo conchas, ossadas, cerâmicas e instrumentos produzidos por povos associados à tradição Tupinambá. Esses sambaquis, como destaca Gaspar (2000), funcionam não apenas como depósitos alimentares, mas como estruturas

sociais complexas que articulam práticas de subsistência, ritualidade e relações simbólicas com o território.

A presença desses vestígios demonstra que a área foi habitada por comunidades organizadas muito antes da colonização portuguesa, evidência de uma profunda história indígena frequentemente invisibilizada pelas narrativas hegemônicas sobre a formação da Ilha de São Luís. E no contexto do Parque Estadual do Bacanga, esses vestígios adquirem ainda maior importância dada a vulnerabilidade da área frente à expansão urbana, desmatamento e descarte irregular de resíduos, processos amplamente documentados por Soares (2020) e pelo IPHAN (2008).

Além de sua relevância material, os acúmulos de conchas, restos faunísticos e fragmentos cerâmicos (Figura 3) revelam modos de vida que integram práticas cotidianas e rituais funerários, conforme discutem Caldarelli (2003) e Schmitz (1990).

Figura 3 – Vestígios de cerâmicas.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A presença desses acúmulos orgânicos e cerâmicos não apenas revela formas de vida e subsistência ancestrais, como também traz à tona práticas culturais, espirituais e econômicas que marcaram a ocupação originária da Ilha de São Luís.

Essa sobreposição de temporalidades, entre a ocupação indígena ancestral e o processo colonial escravocrata, confere ao Sítio do Físico uma densidade histórica singular. O território torna-se, assim, um espaço de disputa simbólica entre diferentes regimes de memória: de um lado, os vestígios indígenas, frequentemente invisibilizados; de outro, as estruturas coloniais que materializam a violência da escravidão e a lógica econômica europeia (Santos, 1996).

Nesse contexto, o turismo cultural e histórico pode desempenhar um papel estratégico na valorização dessas múltiplas narrativas, desde que orientado por práticas interpretativas que problematizem o passado em vez de romantizá-lo. A construção de roteiros educativos, trilhas interpretativas e ações de mediação patrimonial que integrem as dimensões indígena, afro-brasileira e colonial permitiria ampliar a compreensão pública sobre o sítio, fortalecendo sua função pedagógica e cidadã. Ao reconhecer e tornar visíveis essas camadas temporais, o Sítio do Físico se consolida como um espaço de memória plural, resistência cultural e potencial educativo, cuja preservação demanda políticas articuladas de conservação, pesquisa e participação comunitária.

É nesse viés que a categoria Paisagem, na Geografia, permite compreender o Sítio do Físico como resultado da interação entre sociedade e natureza ao longo do tempo. Tal como propõe Santos (1996), a paisagem não se limita ao domínio do visível ou do estético; ela integra processos históricos, culturais, econômicos e simbólicos inscritos no espaço, funcionando como uma materialização da história.

Nessa perspectiva, o Sítio do Físico se apresenta como uma paisagem estratificada, na qual camadas de ocupação indígena, colonial e contemporânea coexistem, ainda que em tensão. Brandão (2017) discute o conceito de “lugares persistentes”, ressaltando que certas áreas mantêm sua relevância territorial ao longo de milênios, mesmo diante de transformações profundas, deslocamentos populacionais e processos de invisibilização. O sítio, portanto, é mais que um registro arqueológico ou ruína: é um território de longa duração, cuja continuidade simbólica e material desafia narrativas lineares e eurocentradas da história.

Brandão (2017) destaca a atuação do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, que desde 2007 busca preservar os patrimônios históricos e arqueológicos da região por meio de práticas educativas, comunitárias e participativas. A proposta de musealização, fundamentada nos princípios da Nova Museologia e da Sociomuseologia (Chagas, 2007; Desvallées; Mairesse, 2010), extrapola os limites institucionais tradicionais e propõe uma musealização do território vivo, em diálogo com seus moradores. Essa abordagem rompe com a lógica de preservação centrada apenas em edifícios ou objetos isolados e reconhece o patrimônio como parte integrante da vida cotidiana, da memória coletiva e das lutas sociais por reconhecimento e direitos.

As ações do Ecomuseu incluem exposições itinerantes, oficinas educativas, visitas guiadas, projetos com escolas e universidades e atividades de valorização de saberes tradicionais, atuando como instrumento de cidadania cultural e territorial. Essa prática evidencia que a preservação do patrimônio não é apenas uma tarefa técnica, mas também política, pois envolve disputas por legitimidade, recursos e narrativas.

A resistência comunitária frente à degradação do Sítio é notável, mesmo diante da ausência de reconhecimento legal efetivo por parte do IPHAN e da falta de políticas públicas permanentes de proteção. Essa lacuna institucional confirma, como aponta Soares (2020), o abandono histórico do Estado em relação ao patrimônio e à população da região do Bacanga, que enfrenta ainda problemas socioambientais graves, como ocupações desordenadas, desmatamento e poluição dos corpos hídricos.

A visita revelou uma paisagem viva e densa, onde biodiversidade e memória se entrelaçam em meio a ruínas, matas e trilhas. Animais como cobras, guaxinins, preguiças e macacos ainda habitam a área, sinalizando sua importância ecológica como corredor biológico urbano e refúgio de fauna nativa. Esses elementos, quando articulados a estratégias adequadas de preservação e interpretação, podem constituir recursos para o desenvolvimento de um turismo educativo, crítico e identitário, que valorize simultaneamente o passado ancestral e o presente das comunidades locais. Nesse sentido, a paisagem atua como mediadora entre o tempo histórico (Figura 4) e o espaço turístico, permitindo a construção de experiências interpretativas que mobilizam múltiplas temporalidades e ampliam a compreensão pública sobre a complexidade territorial do Sítio do Físico.

Figura 4 – Painel de linha do tempo do ecomuseu e mesa de artefato.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Mais do que um espaço de visitação, o sítio pode ser entendido como um laboratório vivo de educação patrimonial, no qual o turismo não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de fortalecimento comunitário, de difusão de saberes e de reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. Essa abordagem demanda políticas integradas que articulem gestão participativa, pesquisa acadêmica, valorização cultural e conservação ambiental, garantindo que o potencial do Sítio do Físico se traduza em práticas efetivas de proteção e valorização territorial.

Essa perspectiva integrada está em consonância com as reflexões de Santos (2000), que propõe um olhar crítico sobre os territórios invisibilizados pela modernidade, frequentemente excluídos das narrativas hegemônicas e das políticas públicas de proteção. A complexidade histórica, arqueológica, ambiental e simbólica do Sítio do Físico demanda, portanto, novas formas de leitura e gestão, baseadas na valorização social do patrimônio e na inclusão efetiva das comunidades locais nos processos decisórios.

Esse entrelaçamento de tempos, memórias e narrativas configura o Sítio do Físico como um território atravessado por disputas simbólicas e materiais, no qual a

condição de relativa marginalização nos circuitos formais de preservação convive com processos contínuos de ressignificação impulsionados por agentes locais, entre eles o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico.

Nesse contexto, as ações educativas e culturais promovidas pelo ecomuseu não apenas ampliam a visibilidade do sítio, mas reconfiguram seus usos e significados, ao inscrevê-lo em circuitos de memória, pertencimento e interpretação do patrimônio. A ativação da memória coletiva, a mediação ambiental e a articulação com escolas, universidades e grupos comunitários operam como dispositivos de produção de territorialidade, nos quais a musealização social e as práticas turísticas assumem função estruturante na redefinição das relações entre comunidade e bem cultural.

Trata-se, portanto, de uma forma de gestão alicerçada em dinâmicas territoriais e participativas, cuja centralidade desloca-se da tutela institucional para a construção coletiva de significados, pertencimentos e responsabilidades em torno do patrimônio. Sob essa perspectiva, o Ecomuseu configura-se como resultado de um processo histórico contínuo, forjado por sucessivas articulações entre poder público, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e comunidades locais, cujas interações conferiram materialidade à sua concepção e consolidaram sua atuação no território. Assim, mais do que registrar uma sucessão de eventos, a linha do tempo apresentada na Figura 5 evidencia a trajetória de constituição, consolidação e desenvolvimento do Ecomuseu, permitindo compreender a convergência de fatores históricos, políticos, institucionais e socioculturais que fundamentaram sua criação e orientaram sua evolução ao longo do tempo.

Figura 5 – Linha do tempo dos principais acontecimentos que antecederam e sucederam a criação do Ecomuseu.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Essa trajetória histórica e institucional encontra expressão nas práticas de preservação, educação patrimonial e mediação cultural desenvolvidas pelo Ecomuseu. Nesse contexto, o ecomuseu exerce papel relevante na divulgação e valorização do patrimônio arqueológico e histórico local, por meio de oficinas educativas, visitas guiadas e exposições itinerantes que evidenciam a importância dos sambaquis e das antigas estruturas industriais coloniais. Tais iniciativas ampliam o acesso a narrativas sobre o território e contribuem para o fortalecimento de vínculos identitários e comunitários, ao inscrever o patrimônio em experiências formativas e cotidianas.

Entretanto, o alcance dessas ações encontra limites estruturais e institucionais que tensionam sua continuidade e efetividade, como a dependência de recursos escassos, a rotatividade de participantes, as dificuldades de articulação com políticas públicas de preservação e a pressão decorrente de usos desordenados do entorno configuram desafios permanentes. Além disso, a ampliação do acesso não implica, automaticamente, a

consolidação de uma consciência patrimonial crítica, exigindo processos formativos de longo prazo e mediações qualificadas. Desse modo, embora o ecomuseu atue como agente dinamizador da valorização patrimonial, sua atuação se insere em um campo de disputas, negociações e constrangimentos que delimitam tanto seu potencial transformador quanto suas possibilidades concretas de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências e aprendizagens desenvolvidas junto ao Ecomuseu Sítio do Físico evidenciam a complexidade das relações entre patrimônio, paisagem e território no contexto urbano de São Luís (MA). A análise articulada dos vestígios arqueológicos, das ruínas coloniais, das dinâmicas ambientais e das narrativas comunitárias indica que o sítio configura uma paisagem palimpséstica, marcada pela sobreposição de temporalidades e pela coexistência de diferentes regimes de memória. O Sítio do Físico, assim, ultrapassa a condição de conjunto remanescente e se afirmar como território socialmente produzido, com simbolismos e disputas.

Os sambaquis milenares registram a longa presença indígena na Ilha de São Luís, tensionando interpretações históricas que secundarizaram esses grupos na formação regional. Enquanto que as ruínas do complexo industrial oitocentista materializam as dinâmicas econômicas e as violências associadas à escravidão, inscritas na organização da paisagem, fazendo com a presença simultânea desses marcadores inviabiliza leituras lineares da história local e reforça sua condição fragmentária, sujeita a permanentes reinterpretações.

A identificação dos sambaquis amplia o conhecimento sobre a paisagem arqueológica e explicita a necessidade de mecanismos efetivos de proteção dessa herança. A pesquisa de campo evidenciou, ainda, a coexistência de três vetores principais de transformação: a presença ancestral dos povos Tupinambá; a estruturação colonial escravocrata do século XIX; e as pressões urbanas contemporâneas, que incidem sobre a integridade ecológica e patrimonial da área.

Nesse quadro, a atuação do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico assume relevância ao articular práticas educativas, ações comunitárias e estratégias museológicas voltadas à mediação do patrimônio. Sua experiência demonstra que a preservação não se

restringe à dimensão técnica, mas envolve processos sociais de apropriação, disputa de narrativas e construção de pertencimento, em diálogo com pressupostos da Nova Museologia e da Sociomuseologia.

Persistem, contudo, limites estruturais significativos em que a pressão urbana, o desmatamento, as ocupações irregulares e a fragilidade das políticas integradas de conservação mantêm o sítio em condição de vulnerabilidade, situação também observada no entorno do Parque Estadual do Bacanga. Tais fatores indicam que o reconhecimento institucional não se converte automaticamente em proteção efetiva, exigindo articulação entre planejamento urbano, fiscalização ambiental, regularização fundiária e educação patrimonial.

Diante desse cenário, o Sítio do Físico pode ser compreendido como território educador e espaço de memória, no qual passado e presente se entrelaçam em disputas concretas sobre uso, significado e futuro. Sua preservação depende da convergência entre iniciativas comunitárias, produção acadêmica e políticas públicas consistentes, orientadas por abordagem interdisciplinar e sensível às múltiplas camadas históricas que estruturam a paisagem. Mais do que conservar estruturas materiais, trata-se de sustentar relações sociais e práticas de memória que conferem sentido ao lugar.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Arkley Marques. Gestão das coleções arqueológicas da casa da memória - instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, em São Luís – MA. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 138–152, 2017. DOI: 10.20396/rap.v11i2.8649794.

BRANDÃO, Laura Natasha Nery Mendonça**. Musealização da Arqueologia: caminhos, trilhas e rumos do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico.** 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CALDARELLI, S. B. **Arqueologia Brasileira**. Bauru: EDUSC, 2003.

CHAGAS, M. S. Ecomuseus e museus comunitários: teoria e prática na América Latina. *In:* **Revista Museu**, n. 1, p. 35–45, 2007.

COSGROVE, D. ***Social formation and symbolic landscape*.** 2. ed. *Madison: University of Wisconsin Press*, 1998.

DESVALLÉES, Andre. MAIRESSE, François. ***Conceptos claves de la Museología***. Trad. Armida Códoba. Paris: ICOM, 2010. 87 p.

GASPAR, M. D. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIMMLER NETTO, M. M. Morfologias do território: dimensões do espaço e do tempo. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.47235/rmu.v12i1.390.

GOOGLE. **Google Maps**. Google, 2024. Disponível em: https://www.google.com/maps. Acesso em: 02 mar. 2025.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Downloads**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPHAN. **Relatório do Levantamento Topográfico e Geofísico do Sítio do Físico São Luís – MA**. São Luís: IPHAN, Ministério da Cultura, 2008.

LOWENTHAL, D. ***The past is a foreign country***. *Cambridge: Cambridge University* Press, 1998.

MACHADO, R. P.; DIAS, R. **Patrimônio cultural no Brasil: fundamentos e interfaces.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação**: administração e manejo. São Paulo: Fundação Florestal, 2001.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Gestão de Unidades de Conservação Urbanas.** Brasília, 2011.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. ***QGIS Geographic Information System***. Versão 3.40. Open Source Geospatial Foundation Project, 2024.

RODRIGUES, C. P. **Geografia do turismo**: práticas e reflexões. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Mirlana Emanuele Portilho. **Ecomuseu enquanto espaço de valorização do Patrimônio Cultural.** 2024. 138 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO LUÍS (Município). Lei nº 572, de 11 de junho de 2019. Redefine os limites do Parque Estadual do Bacanga, estabelece diretrizes para conservação ambiental, remoção de ocupações irregulares e ampliação das áreas de preservação. **Diário Oficial do Município de São Luís**, São Luís, MA, 11 jun. 2019.

SCHMITZ, P. I. **Arqueologia do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SOARES, Bruno Cesar Dias. **Ações socioambientais de preservação ante a pressão urbana sobre o patrimônio paisagístico do Sítio do Físico, São Luís-MA**. 2020. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

TILLEY, Christopher. ***A phenomenology of landscape: places, paths and monuments***. Oxford: Berg, 1994.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Ecomuseu Sítio do Físico por oportunizar a experiência de campo e à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo apoio institucional e pela contribuição ao desenvolvimento desta pesquisa.

Recebido em dezembro de 2025.

Revisão realizada em março de 2026.

Aceito para publicação em junho de 2026.